

Revista de Comunicação Científica: RCC



ARTIGO

EMERGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO INDIGENA DA BACIA DO RIO IÇANA-OIBI: ETNOHISTÓRIA E COSMOPOLÍTICA

Emergency of the indigenous organization of the
Içana-Oibi river basin: Ethnohistory and
Cosmopolitics

Emergencia de la organización indígena de la
cuenca del río Içana-Oibi: Ethnohistoria y
Cosmopolítica

Trinho Paiva Trujilho
Mestrando do Programa de Pós Graduação
Stricto Sensu Mestrado Profissional em Ensino e
Contexto Indígena Intercultural - UNEMAT.
E-mail: paiva_baniwa@hotmail.com

Gersem José dos Santos Luciano
Professor Doutor Associado da Universidade
Federal do Amazonas -UFAM
E-mail: gersem@terra.com.br

TRUJILHO, Trinho Paiva & LUCIANO, Gersem
José dos Santos. EMERGÊNCIA DA
ORGANIZAÇÃO INDIGENA DA BACIA DO RIO
IÇANA-OIBI: Ethnohistória e Cosmopolítica In
Revista de Comunicação Científica – RCC,
Set./Dez., n. 09, pgs.49-69, 2021. ISSN 2525-
670X.

Disponível em:
<https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>

Volume I, número 9 (2021)
ISSN 2525-670X

EMERGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO INDÍGENA DA BACIA DO RIO IÇANA-OIBI: ETNOHISTÓRIA E COSMOPOLÍTICA

Emergency of the indigenous organization of the Içana-Oibi river basin: Ethnohistory and Cosmopolitics

emergencia de la organización indígena de la cuenca del río Içana-Oibi: Etnohistoria y Cosmopolítica

Resumo

Esta pesquisa foi realizada junto com o Povo Baniwa da região do rio Içana, tronco linguístico Aruak, afluente do rio Negro, fronteira Brasil e Colômbia, Terra Indígena Alto rio Negro, Município de São Gabriel da Cachoeira, AM. O objetivo deste trabalho foi Identificar as diferentes formas de Organização social do povo Baniwa no médio Içana antes da criação da OIBI em diferentes contextos históricos; Apontar os fatores que propuseram e motivaram o povo Baniwa a se organizarem juridicamente; Identificar os principais impactos e resultados do associativismo entre os Baniwa nos últimos anos, destacando os pontos positivos e negativos após a criação da organização indígena e apontar a participação da juventude Baniwa no fortalecimento das organizações indígenas.

Palavras chaves: Povo Baniwa, Direitos Sociais, Alto rio Negro e Içana.

Abstract

This research was carried out together with the Baniwa people of the Içana River region, Aruak linguistic trunk, a tributary of the Negro River, Brazil and Colombia border, Alto rio Negro Indigenous Land, Municipality of São Gabriel da Cachoeira, AM. The objective of this work was to identify the different forms of social organization of the Baniwa people in the middle Içana before the creation of the OIBI in different historical contexts; Point out the factors that proposed and motivated the Baniwa people to organize themselves legally; Identify the main impacts and results of associativism among the Baniwa in recent years, highlighting the positive and negative points after the creation of the indigenous organization and pointing out the participation of Baniwa youth in the strengthening of indigenous organizations.

Key words: Baniwa People, Social Rights, Upper Rio Negro and Içana.

Resumem

Esta investigación se llevó a cabo en conjunto con el pueblo Baniwa de la región del río Içana, tronco lingüístico Aruak, afluente del río Negro, frontera entre Brasil y Colombia, Tierra Indígena Alto río Negro, Municipio de São Gabriel da Cachoeira, AM. El objetivo de este trabajo fue identificar las diferentes formas de organización social del pueblo Baniwa en el Içana medio antes de la creación de la OIBI en diferentes contextos históricos; Señale los factores que propusieron y motivaron al pueblo baniwa a organizarse legalmente; Identificar los principales impactos y resultados del asociativismo entre los baniwa en los últimos años, destacando los puntos positivos y negativos tras la creación de la organización indígena y señalando la participación de la juventud baniwa en el fortalecimiento de las organizaciones indígenas.

Palabras clave: Pueblo Baniwa, Derechos Sociales, Alto Río Negro e Içana.

Introdução

Os Baniwa residem no Município de São Gabriel da Cachoeira, no noroeste Amazônico no rio Içana afluente do rio Negro, conta com 95% da população Indígena, e atualmente encontram-se também nos municípios de Barcelos, Santa Isabel, na capital do estado Manaus e nos países vizinhos Colômbia e Venezuela. A pesquisa adentra na história sóciopolítica dos Baniwa para conhecer o sistema próprio de organização, após o contato com os colonizadores e suas reações através da criação da Organização Indígena da Bacia do rio Içana/OIBI, seus projetos executados, seus planos e principais desafios neste século.

Segundo a tradição, os Baniwa se originaram em Wapui Cachoeira no rio Aiyari, afluente do rio Içana pelos criadores do mundo: “*Ñapirikoli*” e seus irmãos, “*Dzooli*”, dono do benzimento e “*Dzawiñapikoli*” que fazia papel de identificar seres que estavam saindo dentro do buraco espiritual o centro do mundo” (Valentim Paiva, entrevista, 29 de julho de 2016). Existem registros destes acontecimentos marcados e gravados através de petroglifos e buracos na pedra, visíveis naquele lugar. Existem também morros e montanhas e outros lugares sagrados respeitados pelo povo.

Cada clã recebeu nome do *Ñapirikoli* conforme o manifesto e características dos seres espirituais humanos que surgiam do buraco da pedra: sons que produziam, características físicas, força e qualidades. Também foram determinados entre eles os irmãos consanguíneos, parentescos similares a irmãos e os clãs cunhados. Exemplos de grupos de clãs cunhados (*ttenaki*) dos *Dzawinai*: *Waliperedakenai*, *komalhinai*, *kalhitalieni*, *dzolemeeni*, *padzowalieni*. Viviam nas grandes malocas em seus respectivos territórios, alicerçados no espírito coletivo, partilha de alimentos para todos, união nos trabalhos e realizando suas festas tradicionais para animar e celebrar a vida como: *Dabucuris* (oferta), *Ikapettakhetti* (cerimônia de passagem da puberdade de diferentes sexos). Vivem a base do cultivo da mandioca e seus derivados, tais como a farinha, o *beijú*, a *tapioca* e a *massoca*, e a plantação de pimenta, cará, abacaxi, *cubiú*, *abiú*, *wariña*, cana, *cucura*, caju, abacate, açai, macaxeira, batata doce, *umari* entre outras plantas cultivadas e frutas coletados das plantas comestíveis nas floretas.

Os Baniwa entram em contato com os colonizadores no início do século XVIII, marcados pelos massacres, pelas doenças trazidas pelo homem branco: sarampo, epidemias, varíolas, febres palustres e mortes. Enfrentaram captura de escravos para serem comercializados em Belém do Pará e São Luiz e para serem remadores de batelões de expedições de colonos.

A congregação Salesiana se instalou no alto rio Negro a partir do século XX, depois de uma linha cronológica dos Jesuítas e dos Franciscanos. Com as instalações de missões salesianas nos pontos estratégicos da região do Alto rio Negro, iniciando pelo Município de Tapurucuara Mirim, hoje Santa Isabel do rio Negro, no ano de 1942, depois em São Gabriel da Cachoeira em 1914 e na década de 1950 instalação de internato em Assunção do rio Içana. Este processo histórico de contato apoiado pelo Estado, atingiu diretamente a organização social tradicional dos Baniwa e como resistência criaram a OIBI em forma de reação às ameaças que estavam abalando o mundo Baniwa, em específico a luta pela Terra e expulsão de garimpeiros e empresas mineradoras.

O texto apresenta quem são os Baniwa e onde se encontram. Também como vivem e se organizam territorial e socialmente. Política de Estado para com os Baniwa, trata de política externa do mundo Baniwa do estado Brasileiro. Os tempos de Internatos no rio Içana e Missões Evangélicas, educação ocidental no mundo Baniwa. A Organização Indígena da Bacia do Içana – OIBI, aborda a criação da Organização jurídica Baniwa como sinal de enfrentamento aos problemas enfrentados. A nova Fase de Recomeço da Luta, aborda a nova fase de recomeço da OIBI e o desafios no Fortalecimento político da OIBI pelos Jovens, finalmente apresenta desafios no fortalecimento da organização pela nova geração. E os procedimentos metodológicos.

Os Baniwa

O povo Baniwa é falante da língua Baniwa, pertencente ao tronco lingüístico Aruak. Habitantes do alto rio Negro no Estado do Amazonas, ao longo do curso do Rio Içana e seus afluentes, na fronteira do Brasil com a Colômbia. No alto rio Içana

habita o povo Kuripako muito próximo ao povo Baniwa, que com quem com frequência acontecem casamentos, conforme as regras matrimoniais milenares dos seus ancestrais.

No baixo rio Içana, a língua falada atualmente é o *Nheengatu* “ou língua geral ou ainda tupi do litoral” (RAMIREZ, 2001, p.3). *Nheengatu* era ensinada pelos missionários na época da colonização junto ao Povo Baré que habitava a região do Alto e Médio rio Negro no território brasileiro. A língua geral substituiu a língua tradicional Baré, ainda falada pelos Baré da Venezuela onde “um grupo migrou e instalou em Victorino, rio Guainia, onde dialeto meridional permanece bem vivo” (RAMIREZ, 2001, p.3). A influência da língua Nheengatú se deu pelo convívio das pessoas do trecho de Assunção a Boa Vista na foz do rio Içana, que a utilizam como primeira língua. Algumas comunidades Baniwa acima de Assunção do rio Içana a usam como segunda língua. A população Baniwa é de 4.220 indivíduos distribuídos em 93 povoados (CABALZAR, 2000).

O povo Baniwa vive conforme as orientações dos conhecimentos tradicionais milenares e regras que restam ao abalo cruel do contato com a cultura ocidental e com a escolarização na década de 1950. Praticam suas culturas: língua, crença, culinária, trabalho, festas tradicionais como: *Dabucuris* (oferta), *Ikapettakhetti* (cerimônia de passagem da puberdade de diferentes sexos). Coletam frutas das plantas comestíveis nas floretas. Vivem de pesca, caça e insetos. São bons artesões na produção de cestarias de arumã: Balaio, *urutú*, jarros, peneiras, *tipiti*, *cumatá* e *aturá*. São produtores de cerâmicas com base da argila, bons fabricantes de ralo para ralar a mandioca. Sustentam-se economicamente na comercialização, troca e vendas dos produtos.

A palavra Baniwa foi um termo genérico adotado pelos colonizadores e missionários Jesuítas para denominar, a partir do primeiro contato com os brancos no alto rio Negro no século XVII. “O termo Baniwa não é autodenominação do povo, pois se autodenominam de forma genérica como *Wakuenai* ou *Walimani*”. (CABALZAR, 2000, p.46). A mitologia deste povo em especial dos *Dzawinai* conta que a origem da humanidade em Wapui Cachoeira no rio Aiyari foi obra do criador do mundo, *Ñapirikoli* e seus irmãos *Dzooli* o dono do benzimento e *Dzawiñapirikoli* que fazia papel de identificar seres que estavam saindo dentro do buraco espiritual

no centro do mundo em Wapui Cachoeira. Assim surgiram os irmãos consanguíneos (parentescos aparentados como irmãos), com denominações específicas: “*Dzawinai*, *Waliperedakanai* entre vários outros, onde não pode ocorrer casamento entre si pois são consanguíneos, chamadas de fratrias”. (CABALZAR, 2000, p. 46).

Com isso consagrou-se a organização sócio econômica, cultural e territorial de cada povo, com regras de casamento entre clãs, para que não aconteça a desorganização social, como casamento com a própria irmã de um mesmo pai ou grupo consanguíneos. Dentro do grupo de parentesco vamos obter subdenominações classificadas de irmão maior para irmão menor. Como exemplo temos os *Dzawinai*: *Haledawaroeni*, *Dzamaidalidakenai*, *Liedawieni*, *Dzawirapakenai*, *Walidzalinai*, *Dzawidakenai* e *Hirinaí*. São oito subclassificações dentro do povo *Dzawinai*, chamados de sibs, “ordenados como uma família de irmão mais velhos a mais novos” CABALZAR, 2000, p. 47,). Com base na mitologia e história, os Baniwa traçam seus descendentes através de linha patrilinear.

Política de Estado para com os Baniwa

Com tempestades e furacões, arrancando vidas, marca-se a chegada de uma cultura nova dos colonizadores na região do rio Negro. Inicia-se um enfrentamento cultural, político e social pelos povos indígenas do rio Negro, pois nessa época a política de caça de escravos índios foi implementada com as técnicas de aproximação “via comércio intertribal, com objetos da cultura européia “facas, machados etc” (CABALZAR, 2000, p.73).

Os Baniwa entram em contato diretamente com os colonizadores no início do séc. XVIII marcados pelas doenças trazidos pelo homem branco: sarampo, epidemias, mortes, captura de escravos para remadores de batelões. Muitos Baniwa que viviam nas proximidades da foz do rio Içana, fugiram para as cabeceiras dos rios e afluentes, esvaziando as aldeias, causando grandes transtornos social e territorial tradicionais.

Os Baniwa entraram em contato com os colonizadores europeus no início do século XVIII. Perseguidos e escravizados por espanhóis e portugueses,

boa parte da sua população foi dizimada por epidemias de sarampo e varíola, trazidas pelos homens brancos. (RICARDO, 2001, p.6).

Outra fase de exploração e desestruturação da vida dos Baniwa foi o tempo da Borracha. Muitos Baniwa foram forçados a descer aos seringais no baixo rio Negro, na área do Município de Santa Isabel do rio Negro e Município de Barcelos para trabalhar aos patrões sem valorização do trabalho e remuneração, enfrentando exploração, trabalho forçado, mortes por doenças, principalmente a malária.

A exploração da borracha que atingiu o alto rio Negro no final do Século XIX até meados do Século XX, se intensificou devido à grande demanda decorrentes das duas grandes guerras mundiais. Este período representou um novo ciclo de exploração e maus tratos aos Índios. Eles continuaram a ser levados à força para os seringais, geralmente localizados no curso inferior do rio Negro, onde foram submetidos ao trabalho força e vitimados pelas repetidas epidemias de varíola, de sarampo e febres palustres. (CABALZAR, 2000, p.89).

Os tempos de Internatos Salesianos no rio Içana e Missões Evangélicas

A congregação Salesiana chega a se instalar no alto rio Negro a partir do século XX nos pontos estratégicos da Região do Alto rio Negro, iniciando pelo município de Santa Isabel ou Tapurucuara, “depois em São Gabriel da Cachoeira e em seguida na região do rio Waupes e no rio Negro até Cucui e depois o rio Içana”. (CABALZAR, 2000, p.93).

Na década de 1950 houve instalação do centro missionário e internato na comunidade Assunção do rio Içana e marca a presença de educação escolar ocidental na região, culminando outra fase de enfrentamento à imposição política e econômica do estado Brasileiro executados pelos missionários com a implantação da educação integracionista, com objetivo de “civilizar” os Baniwa, e integra-los à nação. Muitas crianças e jovens passaram a estudar nos internatos vindos de várias comunidades da região do Içana e outras regiões. Aglomerando familiares na missão, fortaleceu as ações missionárias e minimizando os abusos praticados pelos homens brancos e ganhando credibilidade.

Nimuendajú, no entanto, embora reconhecesse que “das quatro calamidades que pesam sobre os índios: Colombianos, Negociantes

Brasileiros, delegados egoístas e missionários intolerantes, estes últimos ainda mais facilmente suportável”, criticou a intolerância dos Salesianos em relação aos índios e à cultura Indígena. (CABALZAR, 2000, p.93).

O contato com mundo ocidental trouxe grande turbulência social e cultural no que diz a desvalorização cultural Baniwa, pois nos internatos era proibido falar a língua indígena, praticar traços culturais. As crianças e jovens eram obrigados a trabalhar e participar dos eventos da igreja. A implantação de um país uniforme atinge diretamente o mundo Baniwa, menosprezando as suas culturas. Acabaram com as malocas, o convívio coletivo, e passando a morar em famílias e casas separadas, estilo colonial. A influência da cultura ocidental se fortaleceu no meio social Baniwa. A dinâmica das famílias que mudavam de comunidade para outra em busca de trabalhos e para adquirir os materiais essenciais: sabão, querosene, pilha e material de pesca e caça. Alguns Baniwa passaram a morar próximos da missão Salesiana na época dos internatos em busca de educação para os filhos. O sistema de Internato, com cortes de verbas federais, foi desativado no ano de 1979.

Os Salesianos também insistiram muito, e acabaram tendo êxito, em convencer os índios a abandonarem suas malocas e a se estabelecerem em povoados, compostas de casas separadas para cada família, sob os falsos pretextos de promiscuidade sexual e falta de higiene. (CABALZAR, 2000, p. 96).

No anos de 1949 e 1950, os Baniwa e Coripaco na região do rio Içana, receberam a religião do evangelismo com a presença da missionária Sophia Muller, norte americana da Missão Novas Tribo (MNT), com pregação de um Novo Mundo para salvação dos pecadores, dizendo que era enviada por Deus e tinha um contato com o mesmo. Ela proibiu as práticas culturais Baniwa como *dabucuris*, *pidzamaxhetti*, *ikapettakhetti*, os benzimentos e pajelanças, e os instrumentos musicais foram considerados do “demônio”. Algumas comunidades católicas que tinham seus santos padroeiros jogaram para dentro do rio as imagens de santos. Mensagens anticatólicas convenceram vários grupos Baniwa que até hoje são militantes desta religião.

A Organização indígena da Bacia do Içana – OIBI

O povo Baniwa já possuía suas organizações tradicionais, territoriais, sociais e política, determinada por *Ñapirikoli*, o criador. A distribuição territorial ancestral por região, ligada aos clãs. Com uso, cuidado e respeito com a natureza, pois a vida terrestre e espiritual depende dela. Uma tradição repassada de geração para geração de forma oral e na prática. Durante a evolução humana, o homem branco criou leis que puderam orientar e fortalecer a organização de uma sociedade.

A ditadura militar (1964 a 1985) lançou a “Política da Integração Nacional (PIN), um programa de obras de infraestrutura com objetivo de integração geopolítica e desenvolvimentista do país”. (CABALZAR, 2000, p.98). Essa obra e as ideias de integração e desenvolvimento, incentivaram entradas de mineradores e garimpeiros na região do rio Negro levando novos problemas a serem enfrentados pelos Baniwa, como genocídios de alguns povos, mortes, violências e ameaças aos direitos humanos.

Em São Gabriel da Cachoeira, entre 1972 e 1975 (CABALZAR, p.98), foram instalados os postos da FUNAI, chegaram militares do Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), as empresas Queiroz Galvão e EIT (Empresa Industrial e Técnica) para abrir a estrada da BR-307 que partiria da sede do município ao distrito de Cucui no rio Negro e passaria para Venezuela. O crescimento populacional da cidade aumentou desenfreadamente, com muita migração de indígenas em busca de empregos e escola.

A presença de mineradores, especificamente na região do rio Içana, na década de 1980, a exemplo do garimpo da Serra do Traíra em 1983 no Tiquié, a abertura de pistas de pouso em Jandú Cachoeira no rio Içana e em Wapui Cachoeira no rio Aiyari, o garimpo no *Pewa* no rio Cuiyari e na Serra do Porco em Matapí no alto rio Içana. Tudo isso mobilizou algumas lideranças Baniwa, preocupadas com o futuro, que decidem enfrentar o estado, através de denúncias, expulsando os garimpeiros da serra do Porco com a liderança do senhor de Aracú Cachoeira no rio Içana. Essa travessia social conturbada atingiu diretamente o modo organizado do bem viver Baniwa, gerando conflitos, divergências de opiniões, mortes, ameaças, prostituição, exploração de indígenas, bebidas alcoólicas, degradação do meio ambiente. Algumas comunidades eram a favor da mineração, da entrada dos garimpeiros, pois acreditavam nas promessas falsas, algumas

lideranças foram cooptados para atuarem a favor da mineração. Todos estes fatos motivaram algumas lideranças Baniwa para criação de uma Organização Social jurídica como meio de resistência e auto defesa.

Nos anos 80 entraram invasores para garimpo de Matapi alto rio Içana e Pewa no rio Cuiari, empresa Goldmazon e Paranapanema, uns 40 pessoas em Matapi. No Pewa uns 80 pessoas na primeira entrada, trazendo draga, tratores para abrir estradas. Tinham política muito boa igual à política partidária, prometiam escola, saúde, pista de pouso para os indígenas deslocarem a Brasília para compra e tratamento de saúde, banco caixa econômico próximo, hospital, fazer cirurgia na região. Era apenas propaganda, para nos dividir de opinião e fracassar a união. (Roberto Paiva, entrevista, 28 de julho de 2016).

Outro fato a mencionar foi a proposta do Conselho Nacional de Segurança - CNS em 1986, quando propôs a criação de “Colônias Agrícolas Indígenas” no alto rio Negro, principalmente na faixa de Fronteira e introduzir colonos não indígenas. Este fato motivou ainda mais a reação e o fortalecimento do povo Baniwa a se organizar através de associação. Assim correu a “I assembleia dos povos indígenas do rio Negro em 1984 (CABALZAR, 2000, p.101) em São Gabriel da Cachoeira onde “participaram 66 líderes Indígenas das quais 44 lideranças Baniwa” (André Fernando, 22 dezembro de 2016). Em abril de 1987 ocorreu a “II Assembleia dos Povos Indígenas do rio Negro em São Gabriel da Cachoeira quando foi criada a FOIRN” (CABALZAR, 2000, p.101) para tratar dos seguintes assuntos: Projeto Calha Norte (PCN), Mineração e Demarcação de terras Indígenas. A assembleia foi unanime de não aceitar a proposta do CNS.

O CNS não aceitou a proposta dos indígenas do Rio Negro para demarcar terra indígena contínua e impôs a demarcação de colônias agrícolas indígenas e florestas nacionais (flonas). Colônia agrícola indígena é a área destinada à exploração agropecuária, administrada pelo órgão de assistência ao índio, onde convivam tribos aculturadas e membros da comunidade nacional” (Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973 – Estatuto do Índio) e Florestas Nacionais - Flonas, que seriam “ilhas” de florestas onde os índios explorassem os recursos naturais, e poderiam negociar com terceiros e o governo prestaria assistência técnica e econômica por meio do Programa Calha Norte – PCN de ocupação militar das faixas de fronteira. À revelia dos índios foram demarcadas 12 colônias Indígenas e 11 Flonas homologadas em 1988 na região do alto Rio Negro. Esta atitude do estado

brasileiro quebrou drasticamente os direitos indígenas recém garantidos na CF/88. As ilhas foram demarcadas fisicamente.

O que fortaleceu a criação da OIBI - Organização indígena da Bacia do rio Içana, foi na época a luta pela Demarcação de terras indígenas e a luta contra a colônia indígena que no Içana teve colocações de marcos, onde foram arrancados e jogados para dentro do rio pelas lideranças Baniwa em protesto, isto fez com que algumas lideranças fossem a Colômbia e Venezuela. (André Fernando, entrevista, 22 de dezembro de 2016).

Nessa época, na região do rio Içana, havia apenas uma Associação, a Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana – ACIRI, fundada no ano de 1988 que representava as comunidades da região. A Associação não conseguia chegar ao médio e alto rio Içana e Aiyari, por ser uma vasta região.

O ACIRI foi extinta em 1999, em consequência do conflito entre as comunidades apoiadoras dos mineradores que se revoltaram contra as lideranças que não queriam os mineradores. A ameaça aos direitos à terra e aos direitos sociais motivaram a criação da OIBI, com a assessoria da FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), da COIAB (Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira), do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), da União das Nações Indígenas (UNI) representado pelo Ailton Krenak que enviou fitas gravadas relatando como o governo tratava seu povo, com mortes, assassinatos e invasão de terras” (Roberto Paiva, entrevista, 28 de julho de 2016). A UNI orientou a organização, baseando-se nos artigos da constituição de 1988 que trata dos direitos indígenas. Surgiram neste período organizações locais e regionais. As orientações fortaleceram a luta em prol dos direitos indígenas e contra as atitudes de governo agora sob a garantia da Constituição.

Iniciaram-se articulações entre as lideranças em discussões nas reuniões sobre a importância de se criar a associação, articulados pelos líderes “Valentim de Juivitera, Roberto Paiva, Isaias fontes, Augusto de Aracú, Albino Fontes, Afonso Fontes, Mario Farias, Eraclito “Erami” (André Fernando, entrevista, 22 de dezembro de 2016).

Valentim, entrevistado por nós em 2016 continua a relatar:

comecei articular na carona do Pe Afonso até Camanaus do rio Içana, muitos líderes não queriam que nos encostássemos na comunidade para

Trinho Paiva Trujilho; Gersem José dos Santos Luciano



conversar e repassar assunto, exército de São Joaquim estava contra nós, o tenente Picancio planejou uma emboscada, de pegar carona, mas não sucedeu [...].

Era uma novidade para o conhecimento dos Baniwa nesta região, pois não conseguiam entender com clareza o significado de Associação e a notícia da CF/88, com os direitos recém conquistados. Levar ao conhecimento das comunidades dos problemas enfrentados na região como: educação, saúde, garimpo no *Pewa* e em *Matapi* no alto rio Içana.

A OIBI (Organização Indígenas da Bacia do Içana fundada em 12 de julho 1992, filiada a FOIRN, representa 17 comunidade Baniwa (São José, Jacaré poço, Santa Rosa, Tapira Ponta, Santa Marta, Juivitera, Arapasso, Tarumã, Tucumã Rupita, Jandú Cachoeira, Mauá Cachoeira, Trindade, Aracu Cachoeira, Siusi Cachoeira. Tucunaré lago e Tamanduá, num trecho do alto rio Içana. (RICARDO, 2001, p .62).

A OIBI é uma organização civil sem fins lucrativos com tempo indeterminado de existência, depois de cinco anos foi registrada no cartório Público de São Gabriel da Cachoeira, em Julho de 1997. Com sede na comunidade Indígena Tucumã Rupita, médio rio Içana. Criada para lutar pela terra e pelos direitos indígenas e representá-las judicialmente, realiza uma reunião ordinária anual. Houve três revisões do estatuto: a primeira no ano de 1997, a segunda no ano de 2000 e a terceira no ano de 2013; as recentes revisões focam fortemente para a gestão territorial e geração de renda.

O Caminho percorrido de muita luta em reação ao ambiente político e econômico que atravessava o mundo Baniwa, com ações impositivas do Estado Brasileiro, atingindo diretamente os direitos indígenas e ferindo o futuro da nova geração, preocupou seus organizadores e os levaram a criar estratégias para enfrentar o “mundo do branco”. Marca o grande passo na história de luta dos Baniwa em 1984.

Assembleia Geral dos Líderes Indígenas do Alto Rio Negro que aconteceu em 1984 e começou com apenas 66 pessoas, mas o que chama atenção é que somente Baniwa tinha a presença de 44 pessoas, por isso seria recomendável que esta data fosse marcador do reinício da luta do povo Baniwa pelo seu Bem Viver depois de contato com os brancos. (RELATÓRIO. 2016, p.2).

Durante 24 anos de existência a OIBI obteve várias conquistas e projetos desenvolvidos como: a geração de renda para as comunidades, colaborou no processo de demarcação de terra indígena do alto rio Negro, na retirada de garimpeiros do rio Içana e nas expansões dos projetos para outras comunidades. Em sua história ajudou a criar União das Nações Indígenas do Baixo Içana – UNIB, em 1997, AAMI (Associação dos Artesões do médio Içana), ACIRA (Associação das Comunidades Indígenas do rio Aiyari em 1995), OICAI (Organização Indígena das Comunidades Alto Içana em 1999), CABC (Coordenadoria de Associações Baniwa e Coripaco em 2002) e Associação Maloca do Conhecimento da comunidade Itacoatiara-mirim na estrada de Camanaus em São Gabriel. Recebeu prêmios nacionais, enfrentou crise política, administrativa interna e econômica.

Mas a questão era: como reativar? Como começar uma coisa que acabou para as comunidades associadas? Que não é só isso, mas todos seus bens construídos nos últimos 16 anos foram acabados por má administração da associação. Eu ajudei a construir a OIBI e todos os seus bens patrimoniais em 16 anos e o outro em menos de 4 anos destruiu as completamente, e, agora depois de tudo isso me colocam novamente para recuperar o que foi construído em 16 anos?. (RELATÓRIO, 2013, p.3).

A OIBI luta para atender as reivindicações das comunidades por ela representadas juridicamente, politicamente, contribuindo na luta pela Valorização da Saúde indígena, formações dos Agentes Indígenas de Saúde - AIS, colaborou com a criação da Secretaria Especial da Saúde Indígena- SESAI, criada pela lei federal 12.314 19 de agosto de 2010 e do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto rio Negro - DSEI.

Primeiro projeto em parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, que foi antes disso foi a Trienal da Medicina Tradicional Baniwa e Koripako que ganhou prêmio nacional em 1998 em São Paulo. Ano de 2000 foi marcada pelo lançamento nacional da marca “Arte Baniwa” em São Paulo em parceria com Instituto Socioambiental e FOIRN quando Brasil completava 500 anos depois de longos processos de construção, neste ano começamos em parcerias com empresa Tok&Stok a comercialização das cestarias de arumã. E daí com outras empresas como Natura, Pão-de-Açúcar através do programa Caras do Brasil, Flores Online e etc. (RELATÓRIO, 2016, p.3).

A preocupação de algumas lideranças daquela geração que iniciaram as articulações para criação da OIBI nos anos 1980, concretizaram sua criação em

Trinho Paiva Trujilho; Gersem José dos Santos Luciano



1992, preocupavam-se com a escolarização dos jovens liderança da organização, pois percebiam que com a baixa escolarização “alguns com segundo ano do ensino Fundamental” diz o senhor Roberto Paiva, Juivitera. As lideranças percebiam as dificuldades de se comunicar na língua portuguesa e cuidar das documentações. O que movia as lideranças na época era a luta pelos interesses comuns das comunidades da região, a luta pela terra e pela futura geração.

Já mencionei ter sido na primeira metade da década de 70 que os salesianos implantaram escolinhas em alguns comunidades católicas. Podemos perceber que o interesse Baniwa pela escola, naquele momento, era construído em outras circunstancias históricas, envolvendo outros elementos simbólicos. (WEIGEL, 2000, p.234).

Na metade da década de 1970 as “escolinhas” implantadas pelos salesianos nas comunidades Baniwa só ofereciam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio ocorria apenas em Assunção do rio Içana e na sede do município. Muitas crianças do alto rio que terminavam a antiga 4ª série na época nas “escolas rurais”, não tinham oportunidades de ir estudar em Assunção ou na cidade em São Gabriel da Cachoeira, pois enfrentavam problemas na logística, distância, alimentação e moradia.

Tentei de várias formas de reivindicar pelo menos 8ª serie para as crianças desta região, conversando com bispo Dom Walter, me dizia que a igreja não responde mais pela educação, conversei com prefeito Amilton Bezerra Gadelha, me dizia que tem como sim construir escola, mas o que falta são os professores para lecionar na escola. Respondi na cidade não tem? – não querem vir para interior. (Valentim Paiva de 86 anos, entrevista 29 de julho de 2016)

Tantas tentativas e de várias formas depositadas sem sucesso. As lideranças tradicionais junto com as lideranças da geração de 1990 começaram a discutir nos encontros, a partir de suas lutas, a escolaridade dos jovens Baniwa. Decidiram construir a sua própria escola Baniwa e Koripaco de 2ª parte do ensino fundamental, mantida por eles e que lutariam apenas pelo reconhecimento e contratação de professores.

Neste mesmo ano foi dada uma aula inaugural da Escola Indígena Baniwa e Koripako – EibcPamáali em 29 de Agosto de 2000 com 45 estudantes. Ela foi desenvolvida em parceria com a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Federação das Organizações Indígenas do

Trinho Paiva Trujilho; Gersem José dos Santos Luciano



Rio Negro – FOIRN e Instituto Socioambiental – ISA. A escola é um dos projetos de autoria própria construída coletivamente pelos Baniwa e Koripako através de 4 encontros de Educação Baniwa e Koripako entre 1996-1999. A Escola Pamáali foi financiada pelos estudantes secundários da Noruega através do Rainforest por uma década. (RELATÓRIO, 2006, p. 3).

Com a construção da escola indígena Baniwa e Coripaco, com os primeiros estudantes jovens frequentando a escola no ano de 2000, surgiu o problema na unificação da Grafia Baniwa enfrentado pelos professores Baniwa que atuavam nas escolas indígenas. Muitos dialetos interferiam no processo escolar e as escritas diferentes de região para região e a escrita usada pelas missões Evangélicas na tradução de Bíblia. Esta dificuldade foi uma demanda no campo educacional para a OIBI junto com as lideranças buscarem a solução.

Havia muitas versões de grafias diferentes da língua Baniwa e Koripako. Como um dos resultados do encontro de educação foi fazer um grupo de estudo assessorado pelo lingüista, as grafias foram unificadas, que passamos chamar de “nossa grafia” para dar sentido ao antes para agora. Antes não tínhamos participação nenhum sobre isso, até porque não conhecíamos as escrita, essa de agora é da nossa iniciativa e da nossa decisão política, além de isso ajudar resolver problemas de divisão por causa de religião, daí passamos ter mais respeito um pelo outro entre Baniwas Católicos e Evangélicos. Terminamos este processo no ano de 2000 e virou grafia oficial da Escola Pamáali. (RELATÓRIO, 2016, p.4).

Com a demanda da construção de escolas da 2ª parte do Ensino Fundamental pelas comunidades, surgiu a falta de quadro dos professores indígenas Baniwa para trabalhar nas escolas, e emerge a luta pela formação de professores Baniwa, pois na década de 1980 e início de 1990 só trabalhavam no meio dos Baniwa, professores de etnias diferentes, advindos da região do Waupés e rio Negro, causando inadaptação local. Hoje praticamente 98% são professores indígenas do próprio povo. Em 1997, o secretário de Educação era o professor Gersem Luciano membro do povo Baniwa, que abraçou a causa da formação dos professores indígenas, e a denominação de “escolas rurais” para escolas Indígenas, marca o processo de consolidação da educação Escolar Indígena.

Havia dois programas. Formação no projeto de escola Baniwa e Koripako e a outra foi parte da reivindicação que foi atendida pela Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira através da Secretaria Municipal de São Gabriel da Cachoeira chamado de “Magistério Indígena” que começou no Içana na comunidade de Juivitera em homenagem ao povo Baniwa que lutava muito por esta formação com apoio total da Oibi para começar, isso levou pela

Trinho Paiva Trujilho; Gersem José dos Santos Luciano



primeira vez o povo Baniwa e Koripako ter seus próprios professores formados, reconhecidos e contratados. (RELATÓRIO, 2016, p.4).

No campo de manejo de recursos pesqueiros na bacia do Içana, com aumento de população nos últimos anos e a entrada irreparável de materiais de pesca acarretando a pesca predatória, o uso de malhadeiras pequenas, grandes como o arrastão, mergulho com a careta, destruição de samambaias considerada casa de peixes, uso excessivo descontrolado de timbó resultou na diminuição de peixes na região de lagos.

A nova fase de recomeço da luta

A nova etapa de luta é pontuada como um dos problemas a enfrentar, a unidade política da Associação. Novas necessidades surgiram como a retomada da luta pela educação escolar Baniwa e Coripaco e a criação de escolas de ensino médio que hoje só funcionam apenas como salas de extensão em Tunui Cachoeira, Canadá, Pamaali e Boa Vista que não coincidem com a realidade Baniwa. Outra ação refere-se à reativação e fortalecimento do Produto Arte Baniwa: Cestaria de arumã, que teve início no ano de 2000 e sofreu grande crise administrativa na gestão de 2009-2012. A terceira ação é fortalecer a produção e comercialização de produtos Baniwa como “arte Baniwa” e a Pimenta Baniwa” com público feminino que iniciou com a elaboração de plano de negócio em 2005 explicitado no “Relatório anual de gestão e de atividades da OIBI” (2013, p.9).

Temas importantes acompanham a evolução histórica política da OIBI, como o conceito “Sustentabilidade”. Com experiência de trabalho de longas datas, os membros aprofundam conceito na visão Baniwa.

Desafios do fortalecimento político da OIBI pelos Jovens

A nova geração de jovens Baniwa do novo milênio tem a necessidade de irem para as escolas não indígenas e ou indígenas para estudar o 1º e 2º graus e faculdade e com perspectiva de emprego, melhoria de vida e fortalecer a luta pelos direitos sociais, território e econômico em prol do povo Baniwa. Perpassam no

desafio das escolas não indígenas com grades curriculares ancoradas nos conhecimentos eurocêntricos e conteúdos não indígenas que trazem o aprendizado e conhecimento fora do contexto cultural Baniwa, com foco ao mercado de trabalho, gerar competição, individualismo, domesticação a favor e manutenção da cultura universal capitalista. As escolas Indígenas na década de 1990, ganha visibilidade, fortes debates pelo povo como espaço socioeducativo, espaço de circulação de vários conhecimentos e valorização do conhecimento e saberes Baniwa, com grade curricular próprio, Projeto Político Pedagógico Indígena diferenciado, próprios professores e gestão autônoma e democrática. Enfrentam dificuldades no reconhecimento ao sistema próprio de educação Baniwa e respeito as escolas Indígenas impostas pelo sistema de educação escolar nacional e a vagareza na consolidação e efetivação de políticas de estado no que diz respeito a valorização e reconhecimento da cultura Baniwa.

Com a introdução de novas formas de organização social, política e jurídica no mundo dos brancos, a criação de organizações indígenas ainda é um grande desafio com a falta de recursos humanos com conhecimentos específicos na área administrativa, advocacia e financeira para contribuir na efetivação e fortalecimento da organização. A formação de Jovens prepara novos líderes para lutar pelos direitos e enfrentar o mundo organizacional convencional fora do mundo indígena. Assim mencionou o Senhor Pedro da Silva na ocasião da Assembleia Ordinária da OIBI em 2014.

Uma coisa que queria reivindicar para a nossa diretoria é buscar e trazer para nossa região uma Universidade própria dos Indígenas Baniwa, esse é importante para nossos filhos, netos e sobrinhos darem continuidade de estudo, eles precisam aprofundar cada vez mais seu conhecimento, porque a partir de lá que vão saber melhor como defender nossa terra que tantos amamos, não podemos fracassar e perder pros brancos invasores que estão lutando para nós dominar, mas podemos mostrar que somos fortes e organizados e que temos condição de nos defender. (RELATÓRIO, 2014, p.22).

Os conteúdos e temáticas curriculares das escolas indígenas precisam incluir estudos e pesquisas sobre a política social, territorial, histórias de lutas e econômica dos povos indígenas e da sociedade envolvente, para que o jovem possa se preparar para enxergar e discernir os dois mundos, conhecendo as diferentes

épocas da história colonizadora e dos povos indígenas, assim nas passagens institucionais possam colaborar no fortalecimento e reconhecimento cultural, político e territorial do seu povo. A crítica do senhor Roberto Paiva da comunidade Juivitera sobre os desinteresses dos jovens sobre a história do seu povo:

[...] reclama dos estudantes que não interessa os assuntos da associação. Recomenda que todos tem que mostrar iniciativa de interesse em relação a OIBI, suas histórias, conquistas. Recomenda também aos estudantes que façam as pesquisas sobre o movimento indígena para aprender e lutar. (REGISTRO, 2014, P.6).

Os Jovens Baniwa desta geração não conhecem de perto o que é a OIBI, qual é a sua finalidade, as conquistas, a história de luta do povo e desinteresse sobre o conhecimento tradicional. A participação de jovens nas atividades da Organização é de extrema importância para fortalecimento de lutas e da representatividade do povo, serem protagonistas de suas histórias, pois poucos tem clareza da sua importância e acabam não tendo interesses em participar de forma efetiva dos encontros realizados. A escola indígena deve priorizar estes temas como pauta no currículo escolar. A forte entrada das tecnologias: televisão, aparelhos de celulares, notebooks, computadores e revistas, interação com as grandes capitais e cidades interferem na formação cultural dos jovens. São Temas desta geração que necessitam de urgência de abordagem dentro da comunidade e escola no entendimento e relacionamento com o mundo tecnológico. Um jovem de 17 anos da comunidade Indígena Santa Rosa que participou apenas uma vez de um encontro disse: “não sei o que significa OIBI e qual é a sua finalidade e história”.

Com a ida dos jovens indígenas para o mundo da academia nas últimas décadas, estes se deparam com uma realidade bastante diferente da sua realidade social e cultural, uma vez que os conteúdos ocidentais eurocêntricos, prevalecem no currículo das academias. Quando concluem a graduação acabam muitas das vezes idealizando um mundo ideal para o seu povo e quando voltam para a aldeia, acabam interferindo, proferindo diálogo para o “progresso” e “desenvolvimento”, sem conhecer a história social e cultural do seu povo e os anseios das comunidades

indígenas e gerando entraves a política do movimento Indígena em prol da vida e do bem viver, pois defendem os ideais dos não indígenas.

O movimento indígena no equivoco e novo contexto social se utiliza por disputas de interesses individuais pelo sistema político externo, indo contra os princípios e ideais, deixando muitas vezes em segundo momento os interesses coletivos. O comportamento de um líder de uma Associação ou de representante de uma comunidade deve pautar a postura na ética, identidade, na história do seu povo, com objetivos de luta coletiva para o bem viver do povo e com atuação transparente para a credibilidade e fortalecimento de um povo organizado.

Considerações Finais

A pesquisa intitulada “EMERGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO INDIGENA DA BACIA DO RIO IÇANA-OIBI: Ethnohistória e Cosmopolítica” realizada junto ao povo Baniwa como são denominados genericamente pelos não índios, que habitam a região do rio Içana e seus afluentes, em especial as comunidades que pertencem a organização OIBI, despertou no pesquisador a motivação para o estudo voltado para a realidade social, política e econômica vivida pelos Baniwa, a fim de conhecer a evolução histórica e as realidades vividas em diferentes épocas de suas histórias, e as suas reações frente aos impactos culturais, oriundo das políticas do Estado brasileiro em diferentes momentos.

A pesquisa realizada teve como objetivo analisar criticamente a emergência e a relevância sócio histórica da Organização Indígena da Bacia do rio Içana - OIBI, as vantagens e desvantagens após a sua criação no médio rio Içana e a participação da juventude na atualidade. Foi um passo inicial para despertar nos jovens a preocupação com registros dos próprios conhecimentos tradicionais e as histórias vividas pelo seu povo. Para o campo científico foi despertar o interesse de registrar e valorizar os conhecimentos das sociedades indígenas.

A pesquisa contribuiu para a experiência profissional acadêmica, para conhecer a cultura Baniwa e os impactos sócio culturais, a partir da introdução da cultura ocidental no século XVIII. Tenho certeza de que este tema vai trazer

resultados positivos, proveitosos para o povo Baniwa no sentido de registrar importantes conhecimentos para futuras gerações.

O trabalho buscou contribuir com a ampliação dos estudos sobre as sociedades indígenas no Brasil, em especial os Baniwa, no registro de suas reações políticas por meio da organização de representação jurídica das comunidades no mundo dos Brancos e em resposta as ameaças aos direitos indígenas. Trata-se ainda um campo de pesquisa muito tímida no Brasil, ainda esboçando seus primeiros passos. Detectou-se uma carência de pesquisas relacionadas a este tema, e acreditamos ser este um documento importante para suporte de estudo nas escolas indígenas, para pesquisa e registro do povo.

Referências

ALVES, Antônio Aparecido. **Doutrina Social da Igreja: um guia prático para estudo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BARBOSA, Walmir. **Metodologia da pesquisa II: Educação matemática**. Manaus/AM:UEA, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília, 2015.

CABALZAR, A. RICARDO C. A. **MAPA LIVRO – Povos Indígenas do alto e médio rio Negro**. 2.ed. São Paulo: ISA; FOIRN, 2000.

ESTATUDO Estatuto da OIBI. Registrado no dia 15 de outubro de 2013.

GIL. A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas. 1991.

HECK, Egon. **Povos Indígenas: terra é vida**. São Paulo: Atual, 1998.

KOCH-GRUMBERG, Theodor. **Dois Anos entre os Povos Indígenas: Viagens ao Noroeste do Brasil**. Manaus: EDVA/FSDB, 2005.

Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973. Estatuto do Índio. Acessado www.legislacao.planalto.gov.br. dia 15 de agosto de 2016.

MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo**. 2. ed. Brasília: MAPA/SDC/DENACOOP, 2008.

NETO, Thiago Oliveira. A geopolítica rodoviária na Amazônia: BR-210 ou Grande Perimetral Norte. **Revista geopolítica**, 2014.

RICARDO, Beto. **Arte Baniwa**. São Gabriel da Cachoeira-São Paulo: ed FOIRN/ISA, 2001.

RAMIREZ, Henri. **Dicionário Baniwa**. Manaus: editora da Universidade do Amazonas, 2001.

REGISTRO Editado de **Avaliações da Assembleia da OIBI**, 2014.

RELATÓRIO da XII Assembleia Geral Ordinária da Associação Indígena da Bacia do Içana-OIBI – 2014.

_____ Anual de Atividades e de Gestão da OIBI 2013.

_____ Anual de Atividades e de Gestão da OIBI 2014.

_____ comemorativo de 25 anos da OIBI, 2006.

_____ da XIII Assembleia Geral Ordinária da Associação Indígena da Bacia do Içana-OIBI – 2016.

WEIGEL, Valeria Augusta de Medeiros. **Escolas de Branco em malokas de índio**. Manaus, 2000.

Recebido: 14/06/2021

Aprovado: 21/07/2021

Publicado: 01/09/2021